ISSN 1983-9979
prolíngua

LEVANTE LINGUÍSTICO INDÍGENA NO BRASIL: UM MOVIMENTO EM PROL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

INDIGENOUS LINGUISTIC UPRISING IN BRAZIL: A MOVEMENT IN SUPPORT OF INDIGENOUS LANGUAGES*

YAPUÃ MAKU'ETÁ NHEENGA BRASIL UPÉ: UNHEẽ WÁ YEPÉ MAKU ETÁ NHEENGA

Sâmela Ramos da Silva Meirelles[1]
Leandro Durazzo[2]
Altaci Corrêa Rubim[3]
Anari Braz Bomfim[4]

RESUMO: O presente trabalho discute o Levante Linguístico Indígena no Brasil, as políticas linguísticas em prol das línguas indígenas e os desafios de implementação dessas políticas. No Brasil, os povos indígenas estão à frente da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI, 2022-2032), desde abril de 2021, por meio do Grupo de Trabalho Nacional da Década (GTN/DILI), um movimento coletivo e independente. Contextualizamos o Levante Linguístico Indígena a partir da análise dos documentos produzidos pelo GTN/DILI com foco nas políticas de valorização que eles propõem para as línguas indígenas e os desafios para implementação dessas políticas no Brasil. Nossa análise tem como aparato teórico-metodológico as epistemologias indígenas desenvolvidas por intelectuais indígenas. Enquanto política indígena, o Levante Linguístico Indígena é um chamado para outras compreensões/concepções de língua, cosmopolítica indígena e políticas linguísticas, que evidencia o compromisso ético e político desse movimento com as línguas indígenas, evidenciado nos documentos.

PALAVRAS-CHAVE: Levante Linguístico Indígena. Epistemologias Indígenas. Década Internacional das Línguas Indígenas.

ABSTRACT: This paper discusses the Indigenous Linguistic Uprising in Brazil, language policies in favor of indigenous languages, and the challenges of implementing these policies. In Brazil, indigenous peoples have been at the forefront of the International Decade of Indigenous Languages (IDL, 2022-2032) since April 2021, through the National Working Group of the Decade (GTN/IDL), a collective

* Data de Submissão: 28.07.2026 – Data de Aceite: 20.09.2026 | DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2026v21n1.78975

[1] Doutora em Linguística (UNICAMP). Professora no Curso de Letras Libras/Português da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET/UNIFAP). Membro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas. Membro da Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais. Mulher indígena do povo Tapajó, Baixo Tapajós/Pará. e-mail:samelaramos@unifap.br. ORCID da autora: https://orcid.org/0000-0001-7134-9355

[2] Doutor em Antropologia Social (UFRN). É coordenador adjunto do Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana (obPALA/UFRN). e-mail: leandrodurazzo@gmail.com. ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0001-5160-2835

[3] Doutora em Linguística (UnB). Professora no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas na Universidade de Brasília. Representante da América Latina e Caribe na Força Tarefa Global para a Década Internacional das Línguas Indígenas da Unesco. Membro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas. Membro da Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais. e-mail: altacirubim@gmail.com. ORCID da autora: https://orcid.org/0000-0002-4732-6628

[4] Doutora em Antropologia Social (UFRJ). Membro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas. Membro da Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais. e-mail: anari.braz@gmail.com. ORCID da autora: https://orcid.org/0000-0002-2168-3003

ISSN 1983-9979
prolíngua

and independent movement. We contextualize the Indigenous Linguistic Uprising based on an analysis of documents produced by the GTN/DILI, focusing on the valorization policies they propose for Indigenous languages and the challenges to implementing these policies in Brazil. Our analysis uses as its theoretical and methodological framework the Indigenous epistemologies developed by Indigenous intellectuals. As an Indigenous policy, the Indigenous Linguistic Uprising is a call for other understandings/conceptions of language, Indigenous cosmopolitics, and linguistic policies, which highlights the ethical and political commitment of this movement to Indigenous languages, as evidenced in the documents.

KEYWORDS: Indigenous Linguistic Uprising. Indigenous epistemologies. International Decade of Indigenous Languages.

MURAKI MIRÎ: kuiri kwá muraki, upurungitaírã panhẽ nheenga makuetá Brasil upé, maié kwá pulitikaetá nhengaetá irum, makuetá nhenga irum, yané piterupi kwá pulitikaetá. Brasil upé, makuetá upita mimi Década panhẽ tawaetá umuatirirá kwá makuetá nheenga (DILI, 2022-2032), mamé tá kwá yasi 04/2021, mayé tá umuatiri muraki panhẽ tawaetá brasil upé kwá década irum (GTN/DILI), aénta yepé muraki umuatiriwá. Umupinimãwá sesé, kwá muraki makuetá nheenga kuiri umaãwá Umupinima kuximawá tá umunhã makuetá Mbuesaraetá. Mayéetá makuetá pulitikaetá, kwá makuetá nheenga, usenú panhẽ umaãetá tá nheenga, mbuewá panhẽ usenú tá nhengaetá kuxima i pulitikas, umaãwá etikú i pulitiku kwá makuetá nheenga tá umukamewá kuxima umupinimasá.

UMUPINIMAWÁ UPIRARI: Makuetá nheenga taumaã. Makuetá mbuewárã. Panhẽ makuetá nheenga tawá mudũ pura.

1 Primeiras palavras

Este texto articula o "ativismo linguístico indígena", que chamamos aqui de Levante Linguístico Indígena, as políticas linguísticas em prol das línguas indígenas, propostas por esse movimento, e os desafios de implementação dessas políticas.

Nossa reflexão parte do acúmulo de ações, discussões e propostas desenvolvidas no âmbito do movimento indígena em prol da valorização das línguas indígenas no Brasil, "Levante Linguístico Indígena", que tem sido articulado em âmbito nacional a partir do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas (GTN/DILI) – 2022-2032. Neste sentido, apresentamos propostas, debates e ações estimulados pelo GTN/DILI e refletimos sobre seus desdobramentos, sobretudo nos dois encontros organizados pelo GTN/DILI.

A Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI/2022-2032) foi instituída em Assembleia Geral das Nações Unidas, como resultado do Ano Internacional das Línguas Indígenas, proclamado pela Unesco em 2019, demandada pelos povos indígenas da Bolívia que compreenderam a importância de uma ação efetiva e contínua em prol da valorização e da manutenção das línguas indígenas no mundo (Rubim; Bomfim; Silva Meirelles, 2022).

No Brasil, os povos indígenas estão se organizando e reafirmando seu protagonismo na construção das ações para essa Década desde abril de 2021, por meio do GTN/DILI, gestado, inicialmente, no âmbito da Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais. O GTN/DILI é um movimento coletivo, independente, subdividido em três frentes de trabalho: Línguas Indígenas Orais (GT LIO), Línguas Indígenas de Sinais (GT LIS) e Braslind (português falado pelos povos indígenas) (Almeida, 2025), e está constituído de indígenas e não indígenas (parceiros que representam suas instituições governamentais e não-governamentais, organizações/entidades indigenistas e científicas). É liderado por uma Equipe Executiva composta por representantes indígenas de cada região do Brasil e representações de

organizações indígenas. Em julho de 2021, o GTN/DILI encaminhou para a Unesco o Plano de Ação Nacional para a DILI[5].

Neste artigo, partimos da contextualização do Levante Linguístico Indígena, articulado nacionalmente por meio do GTN/DILI. Na sequência, abordamos as propostas de políticas linguísticas para a valorização das línguas indígenas no Brasil presentes nos documentos elaborados pelo GTN/DILI. Por fim, discutimos os desafios para implementação dessas políticas no Brasil.

2 Levante Linguístico Indígena

No Brasil, há, em curso, um ativismo linguístico indígena protagonizado por indígenas acadêmicos/as e não acadêmicos/as, professores/as, estudantes, mobilizadores/as nos territórios em vários contextos sociais, rituais e em distintas atividades, para levar adiante seus modos de vida. Chamamos esse ativismo de "Levante Linguístico Indígena", que se materializa em diversas iniciativas de vitalização, revitalização, retomada de línguas indígenas no Brasil afora, desde o nordeste (Bonfim et al, 2021; Bomfim, 2017; Durazzo; Costa, 2022; Kariri Xocó et al, 2020) ao norte do país (Rubim, 2020; Silva Meirelles, 2020).

Esse movimento em prol da valorização e da sobrevivência das línguas indígenas estabelece uma articulação tanto de ações que já vinham sendo realizadas quanto outras em fase de desenvolvimento e implementação, e que necessitam ser visibilizadas, apoiadas e financiadas, a fim de mobilizarmos para a construção de políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil por meio da atuação dos povos indígenas, a partir de um diálogo horizontal com entidades governamentais, indigenistas, científicas, sob o fundamento das epistemologias e saberes indígenas (Rubim; Bomfim; Silva Meirelles, 2022).

O protagonismo do ativismo linguístico indígena na DILI se estabelece por meio da *Declaração de Los Pinos*, elaborada em 2020 no México, que institui os fundamentos para a construção do Plano de Ação Global para a DILI[6]. Desses fundamentos, destacamos o princípio norteador dessa Década: a participação efetiva dos povos indígenas na tomada de decisão, consulta, planejamento e implementação, tendo como lema "Nada para nós sem nós".

É fundamental destacar que o Levante Linguístico Indígena se fundamenta em um compromisso ético e político com o fortalecimento da diversidade linguística (Silva Meirelles; Durazzo, 2025). Essa mobilização tem se amplificado com a promulgação da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI 2022-2032) pela UNESCO, se conectando e estabelecendo uma rede composta por uma série de militantes das línguas ancestrais.

O "Levante Linguístico Indígena" em curso no Brasil evidencia o lema da Década "Nada para nós sem nós", pois é um movimento que se inicia na base, no chão do território. É um movimento de luta indígena pela sobrevivência e a vitalização das línguas indígenas. As concepções sobre língua que norteiam o "Levante Linguístico Indígena" são uma contestação dos conceitos de estatutos linguísticos do Ocidente hegemônico, como "línguas mortas, línguas extintas, falantes de línguas" (Silva Meirelles; Durazzo, 2025).

Como argumentam Silva Meirelles e Durazzo (2025), o Levante Linguístico Indígena é construído sob outros conceitos de língua: *língua-espírito*, língua de vida, língua-território. Esse conceito "língua-espírito" foi desenvolvido por Rubim (2022) na conferência de abertura do

[5] Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/sobre-nos/

[6] Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379851_por

segundo Seminário Internacional Viva Língua Viva[7]. Ele está vinculado à ancestralidade dos povos, às experiências locais de retomadas, revitalização, vitalização e fortalecimento das línguas indígenas. Trata-se de uma modalidade epistêmica de outra ordem, na qual línguas têm resistido pelo avivamento de saberes originários, desafiando a ciência e epistemologias ocidentais a partir de compreensões indígenas sobre produção e transmissão de conhecimento.

> Por não ser visível, [a língua-espírito] obriga-nos a novas formas de compreensão, porque "o espírito" não se vê, todavia está sempre presente nos rituais, nos cantos, nas aves, nos animais, nos rios, nas matas, nos saberes tradicionais e na cosmovisão dos povos indígenas. Em cada cura, em cada ensinamento, estão presentes os espíritos das línguas (Rubim, 2022).

Essa concepção está no documento "Diretrizes para a Criação de Políticas Linguísticas para o Fortalecimento das Línguas Indígenas"[8], resultado do I Encontro do GTN/DILI:

> A concepção de espírito que estamos apresentando é a concepção de espírito dos povos originários dos continentes Abya Yala (Amazônico, Andino e Mesoamericano). Se pedirmos para que a expressão língua-espírito possa ser traduzida pelos povos indígenas das diferentes famílias linguísticas ameríndias pode haver tradução direta, bem como outras traduções, como: língua de vida, língua território, palavra de vida, palavra de acolhimento, palavra do coração, entre outras. Tudo isso representa os mundos indígenas e a diversidade das ontologias dos povos originários (GTN/DILI, 2023).

Essa concepção múltipla de espírito/vida/território representa a diversidade das ontologias dos povos originários e evidencia propostas epistemológicas que admitem sistemas cosmopolíticos de comunicação, revelando um mundo denso e cosmologicamente povoado que extrapola as perspectivas ocidentais tanto da linguagem quanto do mundo (De la Cadena, 2015; Silva Meirelles; Durazzo, 2025).

Para o autor Fernando Huanacuni, do povo Aymara, a natureza está conectada com as concepções de linguagem. Ele ressalta que "retomar a língua de sua avó e de sua mãe, afirma que falar pacha-aru – outro nome para o aymara, a língua da vida – é falar também com os animais, com o vento, entendendo, por exemplo, as suas distintas formas de soprar" (*apud* Oliveira; Pinto, 2011, p. 318, 319).

Para o povo **Puri**, a língua é uma produção interna que conecta aos antepassados. A palavra "*kwaytikindo*" une as ideias de "falar" e "ventre", sugerindo que a língua nasce das profundezas do ser. Falar a língua Puri é uma forma de se reconectar e honrar os "*taheanta*" (antepassados), fazendo com que a tradição e a herança do povo continuem a viver no presente. Entre os **Kurâ-Bakairi**, a língua é compreendida como poder espiritual, capaz de comunicar-se com as águas, com os peixes, com os animais e com a própria floresta.

Para os **Guarani**, a língua define o ser, identifica o povo e o conecta ao território. É uma arma poderosa, instrumento de privacidade e diálogo, forma de poder. A língua **Guarani** é o principal repositório da sabedoria ancestral e da identidade do povo. Transmitida pela oralidade, cada história e palavra de um ancião é um pedaço vivo da história da comunidade. A morte de um mais velho é vista como a morte de uma parte da língua. A oralidade tem um papel vital na

[7] O evento é uma promoção da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e foi organizado, em sua segunda edição, pela Universidade Federal do Pará e pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém em novembro de 2022. O objetivo do evento é discutir a vitalidade das línguas indígenas no Brasil dando visibilidade para ações/projeto de fortalecimento, revitalização e retomadas de línguas originárias.

[8] Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/sobre-nos/

preservação do conhecimento e da própria cultura. Para os **Tapirapé**, a língua é complexa, espaço de conexão com a natureza e com os saberes ancestrais. É vida, universo de bem viver, elo de pertencimento e de sabedoria.

Concepções similares podem ser evidenciadas a partir do levantamento de Silva Meirelles (2020). Trata-se de um conjunto de concepções produzidas/sistematizadas por intelectuais[9] indígenas, como Gersem Baniwa, a partir de um caráter holístico, orgânico e interdependente de natureza e do cosmo (Luciano, 2017), também denominado de *bem viver*. Nessas epistemes, o conceito de língua/linguagem transcende a concepção de ferramenta de comunicação e sistemas de interação social entre os humanos (Silva Meirelles, 2020). Por serem sistemas de comunicação cósmica, as funções das línguas não se restringem a funções sociais apenas entre humanos, já que elas também propiciam conexão e comunicação com a pluralidade cosmológica de mundos existentes, expressando e organizando cosmologias, epistemologias, racionalidades, temporalidades, valores, espiritualidade, e o contato com antepassados e entes *encantados* (Luciano, 2017; Kopenawa; Bruce, 2015; Durazzo, 2022).

Gersem Baniwa escreve sobre a relação entre linguagem e um "sistema de comunicação cósmica" (Luciano, 2008, 2017). Na sua dissertação de mestrado, *"Projeto, é como branco trabalho; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar": experiências dos povos indígenas do alto rio Negro* (defendida em 2008), e em seu texto *Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena*, nos mostra que, para os Baniwa, a linguagem permite a comunicação com outros seres e com o próprio mundo, mencionando, especificamente, a comunicação entre pajés e espíritos.

O conceito "sistema de comunicação cósmica" se refere à comunicação dentro de uma perspectiva transcendental. Esse sistema de comunicação cósmica envolve humanos, vivos ou mortos, não-humanos e a natureza. Outro aspecto importante a enfatizar nesse sistema é como a harmonia entre eles depende da "boa comunicação" (Luciano, 2017). Ou seja, nessas perspectivas,

> [...] o mundo é resultado do protocolo de comunicação entre todos os seres, criadores e criaturas, cuja linguagem mais proeminente é a de símbolos ou sinais (fenômenos). Desse modo, aos sábios que dominam a totalidade do sistema de comunicação cósmica, nada pode ser escondido, desconhecido ou secreto. A natureza sempre se manifesta por sinais e por eventos, que aos sábios pajés cabe interpretá-los, revelá-los e manejá-los (Luciano, 2017, p. 296).

Em sua reflexão, a linguagem está relacionada às formas indígenas de compreender e estabelecer relações com o mundo, incluindo a comunicação dos pajés com os espíritos e com outros seres. A linguagem, portanto, participa de uma dimensão espiritual e cosmológica que não pode ser dissociada das formas indígenas de conhecimento e de existência (Luciano, 2017). Essa perspectiva constitui um antecedente importante para pensar as relações entre língua, espiritualidade e ancestralidade na produção intelectual indígena. Entretanto, a relação entre língua e espírito não deve ser tomada como equivalente, sem mediações, ao conceito de "língua-espírito" formulado por Rubim (2022). A autora desenvolve essa expressão como uma categoria epistemológica própria, propondo deslocar a compreensão da língua para além de sua definição como sistema linguístico abstrato ou instrumento de comunicação.

[9] Adotamos aqui uma concepção política desse termo, referindo-nos não somente aos indígenas com formação acadêmica ou àqueles/as que recentemente têm produzido textos escritos, publicado livros ou que estão na academia, mas também aos sábios(as), pajés, contadores de história, professores/as, líderes e ativistas. São todos(as) aqueles/as que têm compreendido seu papel e protagonizado, ao lado de seus povos e organizações, a luta indígena na defesa de seus povos e seus modos de vida.

Para Rubim (2022), a língua-espírito não deve ser compreendida como uma concepção religiosa das línguas indígenas. O espírito está relacionado à ancestralidade dos povos, às experiências territoriais e às ações de retomada, revitalização, vitalização e fortalecimento das línguas. Nessa perspectiva, a língua possui vida, saberes e concepções de mundo e está vinculada aos corpos, aos territórios, aos rituais, aos cantos, às águas, às matas, aos animais e aos conhecimentos tradicionais.

Rubim (2022) propõe uma outra concepção de língua que desafia as categorias epistemológicas ocidentais e propõe uma nova realidade epistêmica. A língua-espírito não é somente falada: pode ser soprada, murmurada, baforada, cantada ou assobiada, articulando-se às práticas corporais, rituais e cosmológicas de diferentes povos indígenas (Rubim, 2022). Nesse sentido, corpo e língua não constituem dimensões separadas, mas encontram-se entrelaçados na produção e na transmissão dos conhecimentos indígenas.

Ao mesmo tempo, a formulação de Rubim (2022) também amplia a discussão para uma dimensão cosmopolítica. Os espíritos ancestrais e os espíritos das línguas aparecem relacionados às lutas contemporâneas pela proteção dos territórios, da biodiversidade e da vida no planeta. A língua-espírito passa, portanto, a ser compreendida como parte das relações entre povos, territórios, ancestralidade e o mundo mais-que-humano.

Desse modo, Luciano (2008, 2017) e Rubim (2022) podem ser aproximados por compartilharem um deslocamento fundamental: ambos contribuem para questionar a compreensão da língua exclusivamente como objeto linguístico ou instrumento de comunicação. Contudo, suas formulações não devem ser apresentadas como equivalentes. Enquanto Baniwa evidencia a dimensão espiritual e cosmológica da linguagem a partir da descrição etnográfica do povo Baniwa, Rubim (2022) sistematiza e nomeia essa relação por meio da categoria língua-espírito, articulando-a à ancestralidade, ao corpo, ao território, à revitalização, a retomada, a vitalização linguística e à cosmopolítica indígena.

A aproximação entre os dois autores permite, portanto, compreender a categoria língua-espírito não como uma ruptura absoluta com toda produção indígena anterior, mas como uma formulação conceitual situada em uma trajetória mais ampla de produção intelectual indígena sobre linguagem, ancestralidade e existência. Ao mesmo tempo, a especificidade da proposta de Rubim (2022) está justamente em transformar essa relação em uma categoria explícita de reflexão sobre as línguas indígenas e sobre os modos de produzir conhecimento a partir das epistemologias dos povos originários.

Assim como esses intelectuais já demonstram em suas sínteses sobre línguas indígenas, o Levante Linguístico Indígena se fundamenta em uma perspectiva holística, orgânica e interdependente que concebe práticas linguísticas e as demais práticas que constituem os modos de vida desses povos como indissociáveis. Apresenta-se como um "grande chamado ancestral para construirmos um novo tempo para as línguas indígenas brasileiras: fortalecendo nosso espírito, nossa ancestralidade, nosso território, nossa língua" (Rubim; Bomfim; Silva Meirelles, 2022, p. 174).

3 As políticas das línguas indígenas no âmbito do Levante Linguístico Indígena

Nesta seção tratamos das discussões sobre as propostas de políticas linguísticas para a valorização das línguas indígenas construídas coletivamente no âmbito do Levante Linguístico Indígena. É importante destacar que este artigo dá enfoque somente às ações e políticas que têm sido construídas no âmbito do GTN/DILI, em outra oportunidade, poderíamos também refletir sobre as políticas que os povos indígenas têm desenvolvido desde a promulgação da Constituição Federal de 88 para promover, manter e valorizar suas línguas.

Tratamos das ações e políticas a partir da discussão dos quatro documentos[10] elaborados pelo GTN/DILI: Plano de Ação para a Década Internacional das Línguas Indígenas (GTN/DILI, 2021); Carta de Belém (GTN/DILI, 2022); Diretrizes para a Criação de Políticas Linguísticas para o Fortalecimento de Línguas Indígenas no Brasil (GTN/DILI, 2023) e Propostas para a política das línguas nos âmbitos linguístico, cultural, educacional, social, saúde e justiça (GTN/DILI, 2025).

O Plano de Ação para a Década Internacional das Línguas Indígenas foi elaborado entre os meses de abril a junho de 2021 e encaminhado para a UNESCO em julho desse mesmo ano. Esse plano foi atualizado em 2024 para inserir as discussões realizadas no Grupo de Trabalho Línguas Indígenas de Sinais (GT LIS) do GTN/DILI. Esse documento está estruturado a partir de princípios, objetivos, ações e produtos que devem nortear o Levante Linguístico Indígena, sob o lema "Nada para nós sem nós".

O Plano traz concepções que fundamentam nossas ações, e uma delas é fundamental para pensarmos nas políticas das línguas indígenas: as políticas linguísticas são pensadas para além de um conjunto de atos, diretrizes, normas e regras.

> As políticas linguísticas no Brasil não devem estar dissociadas das condições sociais, econômicas, ambientais e de saúde dos falantes dessas línguas. Desta forma, não importa se, na aldeia ou no universo urbano, a relação língua e território deve ser levada em conta em qualquer projeto educacional, de acessibilidade digital e implementação de políticas linguísticas (GTN/DILI, 2021).

Na perspectiva do Levante Linguístico Indígena, outra concepção é importante: a valorização das línguas indígenas deve considerar a existência de políticas linguísticas indígenas. O Plano estabelece como alguns dos seus objetivos o reconhecimento e a promoção dessas políticas linguísticas indígenas, e o estabelecimento de diálogo com as instituições para promoção dessas políticas, que deveriam ser também apoiadas para o fortalecimento e vitalização das línguas indígenas.

Quando discutimos as políticas das línguas indígenas, não nos restringimos às línguas indígenas orais, mas consideramos as línguas indígenas de sinais e o Braslind. As políticas das línguas indígenas de sinais têm sido discutidas pelo GT LIS, a fim de "reconhecer, vitalizar e oficializar as Línguas Indígenas de Sinais como línguas brasileiras, usadas pelos indígenas surdos nas comunidades indígenas no Brasil" (GTN/DILI, 2021, atualizado em 2024).

No que tange ao que denominávamos anteriormente de "português indígena" no Plano de Ação, a principal reivindicação é a "dignidade e a respeitabilidade do português falado e escrito pelos povos indígenas, em diferentes comunidades, instituições e organizações indígenas e não indígenas", pois indígenas falantes são frequentemente estigmatizados por falarem versões ditas "incorretas" do que seria o "português".

Atualmente, o GT Português Indígena é chamado de GT Braslind. O termo Braslind se refere ao português falado/escrito pelos povos indígenas do Brasil. Segundo a coordenadora desse GT, Karina Kambeba, o Braslind não é uma variação do português, mas uma língua indígena que estabelece na convivência entre o português e as línguas ancestrais. Não se trata de uma única língua, pois cada povo indígena fala um Braslind diferente. Trata-se de línguas vivas, com estruturas próprias, marcadas por processos históricos de resistência e ressignificação cultural. Em contextos multilíngues, atua como língua franca entre diferentes povos originários, sem apagar suas especificidades culturais. Em outros casos, como o

[10] Os documentos do qual tratamos aqui estão disponíveis no site do GTN/DILI: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/sobre-nos/

"Português Tapuia" (Rodrigues, 2018), considera-se o Braslind como língua étnica, para a qual se reivindica legitimidade.

O Braslind é menosprezado nas escolas, nas instituições e na região em que o falante se encontra. Trata-se de um cerceamento dos direitos linguísticos e humanos dos povos indígenas. Podemos observar essa realidade na caminhada pelas escolas indígenas no Alto Solimões no Amazonas. Os professores bilíngues sem formação específica em português como segunda língua falam com Braslind e buscam escrever o português como primeira língua. Como resultado desse processo, os estudantes avançam em seus estudos, mas não conseguem escrever o português padrão. Chegam à universidade enfrentando um dos grandes desafios da academia, o letramento acadêmico sem escrever na língua portuguesa. Desse modo, as marcas do BRASLIND podem ser observadas nas memórias linguísticas das famílias Kokama da região de Santo Antônio do Içá. Os avós, falantes fluentes da língua Kokama, aprenderam o português em um contexto de forte preconceito contra as línguas indígenas. Mesmo tentando falar português, os sons da língua Kokama permaneciam presentes em suas falas. Um exemplo importante é o uso do alofone /ÿ/, associado ao fonema /y/, presente na língua Kokama. Conforme Rubim (2026), palavras como *yawara* e *yawati* podem apresentar variações fonéticas específicas em determinadas regiões da fronteira entre Brasil e Peru. Nas falas dos mais velhos, esse som também aparecia incorporado ao português cotidiano, como veremos nos exemplos a seguir[11]: "Aquelezada (homens) vão pescar"; "Aquelazada vão lavar roupadzun no igarapedzun".

Aquelas mulheres irão lavar roupas no igarapé.
"Dinun, curumindzun".
De novo, curumin.
"Maria comidadzun era".
Maria come bem.
"Deudzu te abençue".
Deus te abençoe.

Essas expressões revelam que o português falado pelos Kokama não era simplesmente uma variação, mas um português atravessado pela sonoridade da língua ancestral. Outro exemplo aparece na palavra *jutsara*, utilizada pela avó Olária para se referir à panela:

"Vou lavar minha jutsara."
Vou lavar minha panela.

Mesmo utilizando o português em diversas situações, a presença lexical e fonológica da língua Kokama permanecia viva na oralidade familiar. Essas marcas demonstram que o Braslind é resultado de processos históricos de contato linguístico, mas também de resistência cultural. O som Kokama presente no português revela a continuidade da ancestralidade indígena mesmo diante das tentativas de apagamento. O Referencial Curricular Nacional para escolas indígenas já trazia essa reflexão:

> Os povos indígenas têm, cada um deles, o seu modo próprio de falar a língua portuguesa. Esses modos de falar o português têm, quase sempre, marcas muito específicas da língua de origem do povo em questão: no vocabulário, na gramática, na pronúncia. Esses modos de expressão devem ser respeitados na escola e fora dela,

[11] RUBIM, A.C; ALMEIDA, T. R; SOUZA, L.S.R. BRASLIND Kokama, ipu, ikuararai yeai tsutsana/ BRASLIND Kokama: sons, memórias e resistência. SUMAK KAWAY, 2026 (No prelo).

> já que também são atestados de identidade indígena (MEC, Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, 1998, p. 114).

Nessa perspectiva, exemplos presentes nas memórias linguísticas Kokama, como "aquelazada", "roupadzun", "igarapedzun" e "dinun", podem ser compreendidos não como desvios da norma-padrão, mas como manifestações de recriação linguística produzidas em contextos de contato entre línguas. Tais formas revelam estratégias de reorganização fonológica e morfossintática do português a partir das estruturas sonoras e gramaticais da língua Kokama, evidenciando marcas do Braslind e processos de transferência estrutural semelhantes aos observados em outras experiências de português indígena.

Para muitos povos indígenas, a língua é concebida como um ser vivo, um ecossistema vivo, portador da memória e da força ancestral. "Essa forma de expressão, denominada BRASLIND, não deve ser compreendida como um "português incorreto", mas como uma língua indígena legítima, viva, que articula resistência e resgata memórias" (Almeida, 2025, p.1).

No ano de 2022, na segunda edição do Seminário Viva Língua Viva, membros do GTN/DILI conduziram a produção da "Carta de Belém", assinada por indígenas de 33 etnias. A Carta situa o processo acelerado de adormecimento das línguas indígenas no século XXI no "desequilíbrio global" que ameaça a nossa vida no planeta. Nesse cenário, no qual os modos de vida ancestrais estão em constante ameaça, a Carta aponta para a urgência da integração da luta em defesa das línguas indígenas à luta em defesa e demarcação dos territórios originários, já que línguas indígenas não estão dissociadas do território, da espiritualidade, do bem-estar de seus falantes.

A Carta se norteia a partir de três eixos: i) a inexistência de políticas linguísticas para a diversidade das línguas indígenas por parte do Estado brasileiro; ii) o apoio das instituições, organizações indígenas, lideranças, anciãos, associações, federações é fundamental para a promoção das línguas indígenas para além das comunidades; iii) a necessidade de políticas públicas de Estado para a promoção das línguas indígenas.

Dentre as reivindicações da Carta, enfatizamos a criação de um fundo nacional para a promoção das línguas indígenas em articulação com instâncias federais, estaduais e municipais e órgãos que lidam com políticas públicas relacionadas às questões indígenas, tais como Funai, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Destacamos que esta Carta, elaborada em novembro de 2022, reivindicava também a criação de um departamento de línguas indígenas no já anunciado Ministério dos Povos Indígenas (2022), que gerou uma mobilização para garantir esse espaço na estrutura ministerial. Como resultado, foi criado o Departamento de Línguas e Memórias na estrutura desse Ministério.

No I Encontro do GTN/DILI, realizado na cidade de Manaus entre os dias 9 a 11 de agosto de 2023, sob o tema "Políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas", o GTN/DILI elaborou o documento "Diretrizes para a criação de políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas no Brasil" (GTN/DILI, 2023).

É fundamental assinalar que esse documento mantém a perspectiva da centralidade dos demais documentos: o protagonismo indígena na articulação da pauta em defesa das línguas indígenas no Brasil e as cosmovisões indígenas como base das políticas de valorização. Outro destaque importante é que esse documento se pauta pelo conceito de "língua-espírito", já abordado por Rubim (2022).

Dentre as propostas para a criação de políticas de valorização, o documento enfatiza que por meio de programas já existentes, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a lei 11.645/2008 se fomentem e se implementem ações que promovam línguas indígenas.

ISSN 1983-9979
prolíngua

Também há uma ênfase no apoio e fomento de iniciativas de fortalecimento da transmissão intergeracional das línguas indígenas, como os chamados "ninhos de língua[12]".

No âmbito da cooficialização de línguas indígenas, o documento aponta que projetos como esses devem ser amplamente discutidos, a fim de "apoiar o diálogo de organizações indígenas, não indígenas e lideranças com os municípios que cooficializaram línguas para que regulamentem as leis de cooficialização promovendo audiências públicas".

Por fim, destacamos outras propostas que compõem o documento, tais como: a elaboração de um material de referência que subsidie a política de formação acadêmica e sociopolítica dos povos indígenas, "dando a conhecer as concepções de língua, bem-viver e sustentabilidade definidas pelos povos indígenas em debates e seminários"; o fomento a "linhas de financiamento que atendam a necessidades dos povos indígenas, com editais específicos para a promoção de línguas traduzidos em línguas indígenas"; a promoção de línguas indígenas de sinais e de medidas de combate ao preconceito/silenciamento linguístico, como princípio de bem-viver dos povos indígenas e de reflorestar mentes.

As propostas desse documento evidenciam os princípios que fundamentam o Levante Linguístico Indígena: a língua não está dissociada do território, da espiritualidade, do bem-estar de seus falantes. É parte intrínseca de todas essas dimensões da vida indígena.

Por fim, como resultado do II Encontro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas, realizado na Aldeia Buriti/Mato Grosso do Sul, entre os dias 25 a 28 de agosto de 2025, foi construído o documento "Propostas para a política das línguas nos âmbitos linguístico, cultural, educacional, social, saúde e justiça".

Trata-se de um conjunto de propostas construídas por meio de um processo coletivo entre os cinquenta e dois povos presentes nesse evento, a saber: Guarani-Kaiowá, Guarani Ñandeva, Guarani Mbyá, Terena, Haliti Paresi, Kuikuro, Kalapalo, Guató, Ofaié, Memortumre/Canela, Kanela do Araguaia Kaingang, Chiquitano, Kadiwéu, Atikun, Xavante, Xipái, Apyãwa, Kurâ-Bakairi, Umutina-Balatiponé, Tukano, Xerente, Saterê-Mawé, Kokama, Yanomami, Baré, Omágua-Kambeba, Baniwa-Medzeniakonai, Shãwãdawa, Paumari, Tenharim, Tapajó, Arapiun, Palikur, Galibi-Marworno, Wapichana, Makuxi, Puri, Tupi-Guarani, Kariú Kariri, Potiguara, Otxukayana, Kiriri, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe, Tumbalalá, Marakás, Tupinambá, Kariri-Xocó, Tupinikim, Xakriabá e Kinikinau.

O tema escolhido para o II Encontro, ***No chão do território a língua espírito floresta mentes***, reflete a importância da conexão com o território por meio do cordão umbilical, o espírito da língua, pelo qual os nossos ancestrais estão presentes com todos os seus saberes respeitando o chão do território. Essa conexão permite falar na sua própria língua indígena, fazendo a mensagem chegar ao coração e ao entendimento, e assim chegar ao seu verdadeiro propósito: reflorestar mentes, seja ela nas línguas indígenas orais, nas línguas indígenas de sinais e no Braslind.

O processo de construção coletiva desse documento garante que as diretrizes estabelecidas nesse documento resultem da realidade vivida pelos povos indígenas nos seus territórios, mas também nas cidades, considerando suas especificidades linguísticas, territoriais e culturais etc. O documento, portanto, reflete as vozes, demandas e perspectivas desses povos

[12] A proposta de ninhos de língua vem da Nova Zelândia. No Brasil, a pesquisadora indígena Márcia Kaingang tem implementado projetos similares na Terra Indígena Nonoai, povo Kaingang, Rio Grande do Sul. São espaços no qual crianças (em fase de aquisição linguística) indígenas têm contato intenso com a língua indígena por meio de mães e avós. O principal fundamento é o uso estrito da língua indígena em todas as atividades: contação de histórias, cantos, brincadeiras, hora das refeições etc. Destacamos aqui uma palestra de Márcia Kaingang abordando os ninhos de língua Kaingang: https://www.youtube.com/watch?v=csP8XxwAIH8 .

reunidos no II Encontro, e buscam consolidar estratégias de fortalecimento, valorização, vitalização, revitalização e retomada das línguas indígenas no Brasil, reconhecendo sua inseparável ligação com o território, a cultura, a saúde, a educação e a justiça. Ele está estruturado em oito eixos: Juventude, Mulheres, Esporte, Indígenas em áreas urbanas, Saúde, Justiça, Cultura e Educação.

No eixo "Juventude", as propostas indicam a necessidade do que temos chamado de "atualização" das línguas, ou seja, que as línguas indígenas adentrem outros espaços amplamente frequentados pelos jovens e que estão, em sua grande maioria, disponíveis em português: internet, redes sociais, aplicativos, produtos culturais, tais como: música, livros, filmes etc. Dentre as propostas expressas no documento, destacamos: criar e garantir o acesso a cursos digitais e a ferramentas como aplicativos tecnológicos para o fortalecimento das línguas; desenvolver programas de bolsas para jovens indígenas voltados para o fortalecimento das línguas indígenas no Ensino Médio, Técnico e Superior.

Com relação ao eixo "Mulheres", o documento aponta propostas que compreendem a importância das mulheres como mestres tradicionais e guardiãs das línguas, essenciais no processo de transmissão das línguas-culturas indígenas. Neste sentido, é fundamental apoiar coletivos de mulheres indígenas e estabelecer um diálogo entre as ações de fortalecimento linguístico com outras lutas encampadas por esses coletivos.

No eixo "Esporte" e "Indígenas em áreas urbanas", as propostas versam sobre ações que possam promover a valorização das línguas indígenas nesses espaços, a saber: promover esportes tradicionais como forma de integração cultural, fortalecendo as línguas indígenas entre a juventude e as comunidades; promover competições esportivas nas escolas e comunidades que integrem as línguas indígenas como parte do evento, com o incentivo à valorização das línguas-culturas indígenas; criar formações específicas para indígenas urbanos que não falam mais suas línguas maternas oferecendo apoio para a retomada delas; garantir o ensino de histórias e culturas indígenas, promovendo o respeito e valorização da diversidade cultural na escola e na comunidade urbana.

A respeito do eixo "Saúde", o foco é a acessibilidade linguística, tais como: garantir intérpretes indígenas em hospitais e postos de saúde para assegurar que as comunidades tenham acesso a cuidados adequados e respeitosos. Outro aspecto que está descrito nas propostas desse eixo é o respeito aos métodos e conhecimentos da medicina indígena: garantir a presença daqueles que cuidam da saúde com os conhecimentos tradicionais, como pajés e parteiras, no atendimento à saúde das comunidades indígenas.

Com relação ao eixo "Justiça", a acessibilidade linguística também aparece como foco principal: garantir intérpretes indígenas em todas as fases dos processos judiciais em que haja a presença de pessoa indígena. O documento também evoca lutas históricas do movimento indígena como central na perspectiva de fortalecimento das línguas indígenas: demarcação das terras indígenas, pois os territórios são fundamentais para a sobrevivência, fortalecimento das línguas-culturas indígenas, modos de vida ancestrais; a luta contra o marco temporal, pelo veto do PL da Devastação; a luta contra a mineração em terras indígenas; o respeito à Convenção 169, pela obrigatoriedade de realização da consulta livre, prévia e informada; justiça climática a partir da centralidade dos povos indígenas na contenção das mudanças climáticas e na mitigação de seus efeitos, garantindo que haja financiamento de projetos protagonizados pelos povos indígenas para a contenção das mudanças climáticas e na mitigação de seus efeitos sobre a população indígena.

O eixo "Cultura" estabelece o termo língua-cultura para marcar sua inseparabilidade e consolida a perspectiva holística, orgânica e interdependente do qual tratamos na seção 2. Tanto esse eixo como os demais destacam a importância de recursos para desenvolver as políticas

linguísticas, além da necessidade de "aldear" os espaços institucionais para garantir a presença de pessoas indígenas na construção das políticas públicas e na discussão dos orçamentos públicos. Especificamente sobre o eixo "Cultura", o documento destaca a necessidade do aldeamento de aparelhos culturais urbanos: teatro, cinema, museus, bibliotecas, casas e centros culturais. O documento também trata do apoio a festivais indígenas, à produção cultural diversas, reforçando sempre a necessidade de recursos financeiros e acesso a editais pelos indígenas.

Ainda sobre o eixo "Cultura", é fundamental discutir as reflexões feitas sobre uma das políticas linguísticas instituída pelo governo brasileiro sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), Decreto n.º 7.387/2010. O documento aponta que é necessário que essa política se reformule para desburocratizar o processo de registro das línguas indígenas, a partir do que estabelece o artigo 5 desse decreto: "as línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público". A desburocratização desse processo permitirá que todas as línguas indígenas brasileiras sejam inventariadas sem que nenhuma fique à margem das ações de valorização e promoção por parte do poder público. Outro aspecto proposto é a instituição de um Inventário da Diversidade Linguística Indígena, já que o INDL não trata especificamente das línguas indígenas brasileiras (orais, de sinais e Braslind).

Por fim, o eixo "Educação" demonstra também a centralidade dessa dimensão para o Levante Linguístico Indígena que é composto, por uma boa parte, de professores/as de língua. Assim, as propostas versam sobre formação de professores de língua, pensando em contextos bilíngues, multilíngues; produção de materiais didáticos; educação de indígenas surdos tem sido pouco abordada nos âmbitos da educação escolar indígena. Destacamos as seguintes propostas: criar a categoria dos "Guardiões das Línguas e Saberes Ancestrais" para atuarem em suas comunidades (como exemplo, o caso de Manaus); garantir uma portaria interministerial para a contratação dos mestres de Notório Saber (da educação e saúde indígena) para o ensino, com remuneração por meio de bolsas (para evitar prejuízos previdenciários referentes à aposentadoria rural já conquistada); criar e apoiar cursos de formação continuada em línguas indígenas; criar a categoria (cargo e carreira, do professor indígena) das Línguas Indígenas de Sinais (LIS), Línguas Indígenas Escritas e as Línguas Indígenas Orais; criar a categoria (cargo e carreira) de Tradutor-Intérprete das Línguas Indígenas de Sinais (LIS), Línguas Indígenas Escritas e Línguas Indígenas Orais.

Consideramos que as propostas do II Encontro dialogam com os desafios contemporâneos enfrentados pelos povos indígenas, ao mesmo tempo em que reafirmam o papel central da língua como guardiã de memórias, saberes e identidades coletivas. Trata-se de um conjunto de ações que articula políticas públicas, formação, produção cultural e garantia de direitos, sempre orientadas pelo protagonismo indígena, em consonância com os marcos legais nacionais e internacionais que asseguram a salvaguarda da diversidade linguística.

Uma pergunta nos parece fundamental e consideramos que ela está sendo pensada no âmbito do Levante Linguístico Indígena: que modelos de políticas linguísticas devem ser seguidos para construir ou reconstruir as políticas de línguas indígenas no Brasil? Podemos começar a pensar sobre isso a partir do lema da Década: "Nada para nós sem nós", por meio do protagonismo indígena, no qual os povos indígenas liderem os processos de tomada de decisão, implementação e monitoramento das políticas. Outra resposta possível é de que os modelos de políticas linguísticas ideais deveriam ser aqueles que estão em diálogo com as epistemes indígenas sobre língua e comunicação, reconhecendo a existência de políticas linguísticas indígenas.

ISSN 1983-9979
prolíngua

4 Desafios na implementação de políticas de promoção de línguas indígenas no Brasil

Conforme já apontam Rubim, Bomfim, Silva Meirelles (2022), a construção de políticas públicas para a promoção das línguas indígenas deve considerar a participação efetiva dos povos indígenas e a existência de políticas linguísticas indígenas em curso, desenvolvidas pelas próprias comunidades. As autoras citam a perspectiva da pesquisadora Txama Puri, sobre o que são "políticas linguísticas indígenas":

> [...] no contexto dos povos indígenas, quando a gente fala de políticas indígenas, isso diz respeito a um enfrentamento a um processo histórico de ameaças de identidades. Quando nós falamos em políticas linguísticas indígenas, a gente também está falando de saúde, educação, territórios indígenas, que preservar, fortalecer e retomar as nossas línguas originárias é também atuar na garantia do amanhã dos nossos povos (Rubim; Bomfim; Silva Meirelles, 2022, p. 172).

Tais iniciativas, políticas linguísticas indígenas, em sua grande maioria não têm nenhum apoio financeiro governamental. Portanto, necessitam ser reconhecidas e apoiadas financeiramente. O Plano da Década no Brasil (GTN/DILI, 2021) já apontava a necessidade de linhas de financiamento para a promoção de línguas indígenas, instando os distintos poderes do Estado brasileiro a destinar recursos orçamentários para a implementação de ações de fortalecimento linguístico.

Um desafio imenso que temos também é mapear e conhecer os diferentes níveis de vitalidade linguística para o desenvolvimento de ações coordenadas e interinstitucionais visando ao fortalecimento, à documentação e à salvaguarda. O GTN/DILI tem envidado esforços para executar essa tarefa, mas sem recursos financeiros.

Diante de um Estado que não tem políticas linguísticas para a promoção das línguas indígenas, a DILI configura-se como "um momento estratégico de unirmos forças nacionalmente, articularmos outros indígenas, suas organizações e parceiros para trabalharmos coletiva e colaborativamente e cobrarmos do Estado brasileiro uma política" (Rubim; Bomfim; Silva Meirelles, 2022, p. 174).

O Estado brasileiro precisa se comprometer com políticas de fortalecimento das línguas e que essas políticas sejam discutidas e implementadas com a atuação e a participação efetiva dos povos indígenas nos processos de tomada de decisão, consulta, planejamento e implementação. Isso reforça o compromisso com o lema da Década, "Nada para nós sem nós".

Para além da Década, o Estado brasileiro tem desafios para a valorização das línguas indígenas, como investir em paisagens linguísticas em todo o Brasil, com sinalizações em línguas indígenas; garantir rádios e programas de TV em línguas indígenas; combater o racismo linguístico e o linguisticismo; e enfrentar o deslocamento linguístico.

5 Últimas palavras

No Brasil, processos históricos e políticas linguísticas de homogeneização linguística e imposição da língua dos colonizadores resultaram em um amplo processo de adormecimento de muitas línguas indígenas. No entanto, essas políticas tiveram muitos enfrentamentos e línguas seguem resistindo. Nós somos parte desse obstáculo atual.

Estamos num momento histórico diferente (Rubim; Bomfim; Silva Meirelles, 2022; Silva Meirelles; Durazzo, 2025) que tem uma condução do movimento e da intelectualidade indígena, marcado pelo protagonismo indígena e de uma articulação nacional em torno da promoção das línguas indígenas. É importante destacar que esse movimento é conduzido por

um modo específico, no qual as mulheres indígenas estão à frente do Levante Linguístico Indígena.

O Levante Linguístico Indígena é um chamado para outras compreensões/concepções de língua, cosmopolítica indígena e políticas linguísticas. Ao iluminar o compromisso com as línguas indígenas, evidenciado nos documentos acima mencionados com o foco nas políticas e nos desafios da promoção das línguas indígenas, é possível compreender as línguas-espírito como dinâmicas de comunicação em um mundo densamente povoado e cosmologicamente rico que transcende as percepções ocidentais hegemônicas sobre língua e sobre o próprio mundo, fazendo com que políticas de promoção linguística se orientem por outras epistemologias (Silva Meirelles; Durazzo, 2025). É evidente também o compromisso ético e político desse movimento com as epistemologias e a vitalidade de línguas-culturas e modos de vida indígenas.

Conforme mencionado por Wilmar D'Angelis na *live* de lançamento da DILI no Brasil, que nossas metas não sejam apenas restritivamente quantitativas: quantas gramáticas, quantos livros, quantos registros gravados de línguas em risco. Nosso imenso desafio é chegar ao final da DILI com mais línguas e línguas mais fortalecidas.

O Levante Linguístico Indígena e essa Década são uma oportunidade para desejar e construir um outro tempo para os povos indígenas, e levar ao entendimento da sociedade brasileira a riqueza da diversidade étnico-cultural do Brasil, para a possibilidade de um outro país, de rara beleza, multiétnico e multilíngue.

Referências

ALMEIDA, Talita Rubim de. **Braslind: português falado pelos povos indígenas**. Especialização em Direitos Humanos. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2025. Disponível em: https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/2714. Acesso: 20 abr. 2026.

BOMFIM, Anari Braz. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 303-327, jan. 2017.

BONFIM, Evandro de S.; DURAZZO, Leandro; AGUIAR, Maycon S. O "levante linguístico indígena" no Nordeste, no Espírito Santo e em Minas Gerais: aspectos teóricos, políticos e etnográficos. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 398-420, 2021.

DE LA CADENA, Marisol. **Earth Beings**: Ecologies of Practice across Andean Worlds. Duke University Press, 2015.

DURAZZO, Leandro. O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística. In: SEVERO, Cristine (org.). **Políticas e direitos linguísticos**: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas. São Paulo: Pontes Editores, 2022, p. 149-168.

DURAZZO, Leandro; COSTA, Francisco V. Ferreira da. Línguas indígenas no Nordeste brasileiro: esboço político-linguístico de seus processos de valorização. **Revista del CESLA**. 2022, n. 30, p. 97-118.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL PARA A DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS, **Plano de Ação da Década Internacional das Línguas Indígenas**. 2021. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/sobre-nos/. Acesso em 04 mai 2026.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL PARA A DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS, **Carta de Belém**. 2022. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/sobre-nos/. Acesso em 04 mai 2026.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL PARA A DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS, **Diretrizes para a criação de políticas linguísticas para o fortalecimento de línguas indígenas**. 2023. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/sobre-nos/. Acesso em 04 mai 2026.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL PARA A DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS, **Propostas para a política das línguas nos âmbitos linguístico, cultural, educacional, social, saúde e justiça**. 2025. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/sobre-nos/. Acesso em 04 mai 2026.

KARIRI-XOCÓ, Idiane; KARIRI-XOCÓ, Nhenety.; NELSON, Diane; PITMAN, Thea. A retomada da língua kariri-xocó. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 3, p. 01-13, 2020.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perro-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **"Projeto, é como branco trabalho; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar": experiências dos povos indígenas do alto rio Negro**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível: https://saudeindigena.fiocruz.br/items/c8cb0b03-285c-4bf1-afec-86811f2a4292. Acesso em: 21 set. 2026.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 295-310, mai./ago. 2017.

OLIVEIRA, Elismênnia Aparecida; PINTO, Joana Plaza. **Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas**. Linguagem em (Dis)curso, v. 11, n. 2, p. 311-35, mai.-ago., 2011.

RODRIGUES, Eunice Moraes da Rocha. Português Tapuia: um signo de resistência. **Revista Porto das Letras,** v. 4, n. 1, p. 133-154, 2018.

RUBIM, A.C; ALMEIDA, T. R; SOUZA, L.S.R. BRASLIND Kokama, ipu, ikuararai yeai tsutsana/ BRASLIND Kokama: sons, memórias e resistência. SUMAK KAWAY, 2026 (No prelo).

RUBIM, Altaci Corrêa. A vitalização da Língua Kokama além das fronteiras entre o Brasil e Peru. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 3, p. 01-18, 2020.

RUBIM, Altaci Corrêa; BOMFIM, Anari Braz; SILVA MEIRELLES, Sâmela Ramos da. Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. **Working Papers em Linguística**, v. 23, n. 2, p. 154-177, 2022.

RUBIM, Altaci Corrêa. **Década Internacional das Línguas Indígenas**. Belém, 22/11/22. Conferência. Informação verbal.

SILVA MEIRELLES, Sâmela Ramos da. **A reinscrição de uma língua destituída: o Nheengatu no Baixo Tapajós**. 2020. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/356636. Acesso em: 16 out. 2025.

ISSN 1983-9979
prolíngua

SILVA MEIRELLES, Sâmela Ramos da; DURAZZO, Leandro. Spirit languages, sacred sciences: Indigenous language commitment as a cosmopolitical interculturality. In: TAVARES, Vander (Ed.). **Researching Interculturality in Post-colonial Contexts: Indigenous perspectives and beyond**. New York/London: Routledge, 2025, p. 121-134.